



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**Processo n.º:** 00600-00005480/22-41-e

**Jurisdicionado:** Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – Iges/DF

**Assunto:** Representação

**Ementa:** Representação de membro da CLDF, com pedido cautelar. Irregularidades no procedimento Elemento Técnico n.º 05/22-Iges/DF. Decisão n.º 2.040/22. Conhecimento da representação. Concessão da medida cautelar pleiteada. Determinação. Decisão n.º 2.438/22. Admissão do ingresso de terceiro interessado nos autos. Conhecimento de recurso nominado. Decisão n.º 4.464/22. Denegação do referido recurso. Decisão Liminar n.º 04/23-P/AT. Indeferimento do pedido de revisão da medida cautelar concedida pelos Despachos Singulares n.ºs 152/22 e 158/22-GCMA, ratificados pela Decisão n.º 2.040/22. **Nesta fase:** análise de mérito da representação. Unidade técnica sugere a procedência da representação, a revogação da medida cautelar e determinação ao Iges/DF. Ministério Público opina pela procedência da representação, manutenção da suspensão cautelar e determinação ao Iges/DF. Despachos Singulares n.ºs 15/23-GCMA e 18/23-GCMA. Marcação de sustentações orais a serem realizadas na data de hoje (1º.02.23) pelos representantes legais do signatário da representação e do Iges/DF, esclarecendo-lhes que na mesma ocasião, após a realização das sustentações orais, será apreciado o mérito das questões debatidas nos autos. Juntada de memoriais pelo Iges/DF no dia 30.01.23. Fato superveniente. Revogação do procedimento Elemento Técnico n.º 05/22-Iges/DF. Voto divergente. Perda superveniente do objeto da representação. Levantamento da suspensão cautelar. Envio de cópia da instrução e do parecer do Ministério Público ao Iges/DF, juntamente com cópia do Relatório/Voto e da decisão a ser adotada, para conhecimento. Arquivamento dos autos.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de representação, com pedido cautelar, formulada pelo Deputado Distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins (peça 03), na qual suscita irregularidades no procedimento Elemento Técnico n.º 05/22-Iges/DF/UCAD/SUCAD/GEOPE/NUSUH, promovido pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – Iges/DF, cujo objeto é a prestação de serviços de segurança armada e desarmada com supervisão fixa e motorizada (peça 01).

Por meio do Despacho Singular n.º 152/22-GCMA (peça 09), tomei conhecimento da representação, concedi a medida cautelar pleiteada para suspender o referido certame até ulterior deliberação e expedi determinação ao Iges/DF, conforme reproduzido a seguir:

*“Ante o exposto, em concordância com a Unidade Técnica, DECIDO: I – tomar conhecimento da Representação apresentada pelo Deputado Distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins, na qual suscita irregularidades no procedimento Elemento Técnico nº 5/2022 – IGESDF, em razão do atendimento do art. 230 do RI/TCDF, com a concessão da medida cautelar pleiteada para suspender o referido certame até ulterior deliberação desta Corte; II – determinar ao IGESDF que apresente esclarecimento no prazo de 15 (quinze) dias em relação às*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*questões suscitadas na exordial, acompanhadas de documentos e estudos de avaliações realizadas e suas conclusões a fim de comprovar a economicidade e a eficiência do modelo de contratação pretendido no certame em comento; III - informar ao Representante que o atual momento processual é de admissibilidade da peça de representação e que o seu pedido de sustentação oral será examinado em momento oportuno, na fase de mérito; IV – autorizar: a) o encaminhamento da Representação, da Informação nº 43/2022 – DIASP1 e deste Despacho Singular ao IGESDF a fim de subsidiar sua manifestação; b) a ciência desta decisão monocrática ao Representante, por meio de seus advogados constituídos, informando-lhes que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push ([www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); c) o retorno dos autos à SEASP para as providências cabíveis.”*

Devido ao descumprimento da determinação de suspensão do certame pela jurisdicionada, proferi o Despacho Singular n.º 158/22-GCMA (peça 19), reiterando os termos do Despacho Singular n.º 152/22-GCMA, com o chamamento em audiência da Diretora-Presidente Substituta do Iges/DF, para apresentação de suas razões de justificativa, cujo exame se dará em apartado no Processo n.º 00600-00013194/22-59-e.

Tais deliberações foram ratificadas pela Decisão n.º 2.040/22 (peça 26).

Nos termos da Decisão n.º 2.438/22 (peça 40), a Corte admitiu o Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Distrito Federal como terceiro interessado nos autos, tendo ainda, na mesma oportunidade, conhecido do documento apresentado pela referida entidade como se recurso inominado fosse contra a Decisão n.º 2.040/22, desprovido de efeito suspensivo. No mérito, o recurso foi improvido (Decisão n.º 4.464/22, peça 65).

Nesta fase, a unidade técnica, na Informação n.º 107/22-Diasp1 (peça 96), teceu as seguintes considerações sobre a matéria:

**“I – ANÁLISE DE DILIGÊNCIAS****DECISÃO Nº 2040/2022**

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ratificar os Despachos Singulares nºs 152/2022 e 158/2022 – GCMA, de 19.05.2022 e 23.05.2022, respectivamente, proferidos com fulcro no art. 277 do RI/TCDF; II – dar ciência desta decisão ao IGESDF, ao Pregoeiro responsável e ao Representante, por meio de seu advogado; III – o retorno dos autos à SEASP, para as providências cabíveis.*

**DESPACHO SINGULAR Nº 152/2022**

[...]

*Ante o exposto, em concordância com a Unidade Técnica, DECIDO:*

*I – tomar conhecimento da Representação apresentada pelo Deputado Distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins, na qual suscita irregularidades no procedimento Elemento Técnico nº 5/2022 – IGESDF, em razão do atendimento do art. 230 do RI/TCDF, com a concessão da medida cautelar pleiteada para suspender o referido certame até ulterior deliberação desta Corte;*

*II – determinar ao IGESDF que apresente esclarecimento no prazo de 15 (quinze) dias em relação às questões suscitadas na exordial, acompanhadas de documentos e estudos de avaliações realizadas e suas conclusões a fim de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*comprovar a economicidade e a eficiência do modelo de contratação pretendido no certame em comento;*

*III - informar ao Representante que o atual momento processual é de admissibilidade da peça de representação e que o seu pedido de sustentação oral será examinado em momento oportuno, na fase de mérito;*

**DESPACHO SINGULAR Nº 158/2022**

*Ante o exposto, DECIDO:*

*I – conhecer da petição e seus anexos (peças nº 15/18), formulada pelo Representante, através de seu advogado, **informando o descumprimento ao Despacho Singular nº 152/2022 – GCMA;***

*II – **reiterar os termos do Despacho Singular nº 152/2022 – GCMA**, com os devidos ajustes, no sentido **de determinar ao IGESDF que suspenda o certame, referente ao Ato Convocatório nº 003/2022 (Pregão ID: 26897) – Elemento Técnico nº 5/2022 – IGESDF/UCAD/SUCAD/GEOPE/NUSUH, na fase em que se encontre**, não procedendo quaisquer atos subsequentes até ulterior determinação desta Corte;*

*III – **informar ao IGESDF que os esclarecimentos determinados no item II do Despacho Singular nº 152/2022 – GCMA deverão ser encaminhados a esta Corte no prazo assinalado naquele despacho;***

*IV – **determinar a audiência da Diretora-Presidente Substituta, Sra. Mariela Souza de Jesus**, em razão do descumprimento do item I do Despacho Singular nº 152/2022 – GCMA, para que apresente suas razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, ante a possibilidade de aplicação de multa, nos termos do art. 272 do RI/TCDF;*

**Da manifestação do IGESDF**

Ofício nº 1944/2022-IGESDF/DP/CONJUR (peça 49)

10. Inicialmente o IGESDF, em sua primeira manifestação sob o Ofício nº 1944/2022-IGESDF/DP/CONJUR, informou sobre a “imediata suspensão do Ato Convocatório nº 003/2022” com registro em página “PUBLINEXO” e no sítio eletrônico do Instituto em atendimento ao determinado por meio do Despacho Singular nº 152/2022 – GCMA.

11. Em seguida alegou que os contratos de serviços de vigilância vigentes no IGESDF completariam o prazo máximo de 60 (sessenta) meses de vigência em setembro de 2022, consoante dispõe o art. 57, inciso II, do “preceito legal de licitações”.

12. Também afirmou que a manutenção da suspensão do Mercado Digital nº 003/2022 poderia resultar em um “prejuízo incomensurável ao IGESDF”, com reflexos na prestação de serviços, dado o “histórico de agressões, situações de risco e vulnerabilidade de profissionais de saúde que realizam atendimento de alguns usuários do Sistema Único de Saúde.” Além disso, haveria possível necessidade de continuação da prestação dos serviços sem cobertura contratual com pagamento dos fornecedores na modalidade de “reconhecimento de dívida”, em desacordo com o citado Regulamento do Instituto e com orientações dos órgãos de fiscalização e controle, inclusive do TCDF.

13. Ademais, destacou sua natureza jurídica privada e a não aplicação da Lei 8.666/93 bem como dos demais normativos federais ou distritais de licitações e contratos públicos, conforme o disposto no artigo 49 do respectivo Regulamento Próprio de Compras e Contratações (Resolução CA/IGESDF Nº 01/2019), vigente à época do certame em tela.

14. Argumentou que eventual exigência de licitação “em conjunto” de serviços de vigilância patrimonial e de monitoramento eletrônico “não traria benefícios e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*economicidade”, mas sim “um direcionamento do certame com majoração de custos”, uma vez que poucas empresas estariam aptas a oferecer o serviço, e que sua contratação implicaria o fornecimento, por comodato ou venda, de diversos equipamentos, de modo que o IGESDF teria que realizar a contratação “apartada de fornecimento, instalação e manutenção dos dispositivos eletrônicos”.*

*15. Em seguida o IGESDF colacionou citações e concluiu pela vedação de que empresas de vigilância disponham em seu objeto social de qualquer objeto distinto do previsto em seu ato constitutivo, assim como de qualquer outra prestação de serviços, inclusive de fornecimento, venda e/ou locação de produtos de monitoramento, nos seguintes termos:*

*(...) as atividades descritas pelo consulente (comercialização de equipamentos, confecção de uniformes), salvo o monitoramento eletrônico (melhor examinado abaixo), não constituem decorrência da atividade de segurança privada, tratando-se de comércio alheio à prestação dos serviços de segurança privada. (...) No que se refere ao monitoramento eletrônico, esta CGCSP já tem entendimento firmado no sentido de que empresas de segurança privada podem prestar serviços de monitoramento eletrônico (decorrência de vigilância patrimonial ou de transporte de valores) **sendo vedada, no entanto, a comercialização autônoma de equipamentos de segurança eletrônica sem a prestação do serviço de monitoramento correspondente.** (grifou-se)*

*16. Apresentou trechos de outros normativos atinentes aos serviços de vigilância e concluiu, com base no art. 17 da Portaria nº 3.233/2012 – Diretoria-Geral do Departamento de Polícia Federal, que, para atender ao pleiteado na exordial, o Instituto teria que incorrer em uma segunda contratação, a qual teria como objeto “os serviços de elaboração de projeto do sistema eletrônico de segurança, bem como, de fornecimento, instalação e manutenção desses equipamentos (de monitoramento eletrônico)”.*

*17. Importante colacionar extrato do dispositivo mencionado pelo IGESDF em suas alegações:*

*Art. 17. As empresas de vigilância patrimonial não poderão desenvolver atividades econômicas diversas das que estejam autorizadas.*

*§ 1º Para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa de vigilância patrimonial **poderá utilizar toda a tecnologia disponível.***

*§ 2º **Os equipamentos e sistemas eletrônicos** utilizados na forma do § 1º somente poderão ser fornecidos pela empresa de vigilância patrimonial sob a forma de comodato.*

*§ 3º **As atividades de instalação, vistoria e atendimento técnico de acionamento de alarmes não poderão ser realizados por vigilante,** o qual é responsável apenas pelas atividades previstas no art. 10 da Lei no 7.102, de 1983.*

*18. Além disso, o IGESDF alegou que a argumentação do Representante de que os “serviços que poderiam ser licitados em conjunto [...] visando mais eficiência nas contratações e economicidade para os cofres públicos” não possui respaldo técnico. E destacou que o Hospital de Base dispõe de um avançado sistema de monitoramento, e que o Hospital de Santa Maria e as UPAs dispõem de projetos para a implementação do monitoramento.*

*19. Asseverou que a tese defendida na exordial sobre a redução de 30% dos custos com a implantação do sistema de monitoramento eletrônico não se sustentaria, posto que esse percentual teria sido definido sem o conhecimento das características, das necessidades e dos postos de serviços das UPAs do IGESDF, considerando-se ainda que a contratação em discussão “é a mínima necessária”,*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

assim como o quantitativo de postos de serviço, os quais não seriam reduzidos com a implantação da nova sistemática, segundo o IGESDF.

20. Ademais, o Instituto alegou a necessidade de levar em consideração que já se encontrava em vigor o Contrato de Vigilância nº 139/2021-IGESDF, contemplando 07 UPAs (UPAS de Brazlândia; Ceilândia; Gama; Paranoá; Planaltina; Riacho Fundo II; e Vicente Pires), de modo que a contratação na forma pretendida pelo IGESDF, por meio de procedimentos distintos (vigilância e monitoramento eletrônico) buscaria contemplar 100% das unidades de saúde sob sua gestão.

21. Reiterou, ainda, a alegação de que “não existe a possibilidade de empresas prestarem serviços de vigilância e de forma conjugada, os serviços típicos de engenharia, quais sejam: a instalação e a manutenção de sistema de monitoramento eletrônico.”

22. Argumentou que, na contratação na forma defendida na exordial, “não seria gerada a economia pleiteada, mas sim, um aumento de gastos com um equipamento que sequer teria aproveitamento posterior quando do término do contrato.”; além de que o valor despendido em um “contrato conjugado” poderia ser utilizado para a aquisição e instalação de equipamentos de forma autônoma e sem impacto na redução dos serviços que o IGESDF pretende contratar; e que a “consequência dessa situação (contratação conjugada) seria a morosidade do certame, com um enorme risco de cobertura contratual, já que a vigência contratual expira em setembro de 2022.”

23. Em seguida, defendeu a necessidade do **fracionamento do objeto**, ou seja, da realização de **contratações distintas para a prestação dos serviços de vigilância e para os serviços de monitoramento eletrônico**, tratando-se esse de um dos princípios do procedimento licitatório ao qual se submete o IGESDF.

24. Ao final pediu a revogação da cautelar deferida por meio do Despacho Singular nº 152/2022-GCMA para que seja autorizado o prosseguimento do certame e a notificação do Sindicato dos vigilantes para atuar como amicus curi do IGESDF a fim de demonstrar a importância do vigilante como pessoa física na prestação do serviço em ambiente hospitalar.

25. Insta salientar que consta dos autos manifestação da Consultoria Jurídica do IGESDF reiterando os mesmos argumentos apresentados nos parágrafos anteriores desta instrução.

Ofício nº 4465/2022 – IGESDF/DP/CONJUR (peça 94 e anexos: peças 71-93)

26. Na manifestação datada de 14.11.2022 o IGESDF reiterou os esclarecimentos prestados em suas manifestações anteriores e apresentou o **Estudo Preliminar, Economicidade, Viabilidade e Vantajosidade realizado pelo Núcleo de Segurança UCAD/UPH** do Instituto, o qual teve por objetivo:

[...] demonstrar se existe economicidade, viabilidade e vantajosidade na contratação de serviço de vigilância mediante o fornecimento de postos de vigilância armado e desarmado na escala 12x36, diurna e noturna, conjuntamente com a contratação de sistema de circuito fechado de televisão (CFTV), envolvendo a instalação, manutenção e a disponibilização de materiais e equipamentos necessários.

27. Inicialmente o referido estudo apresentou uma Tabela da Gerência de Compras com os valores estimados para a contratação apenas dos serviços de vigilância armada e desarmada com supervisão fixa e motorizada obtida do Mapa Comparativo de Preços do certame deflagrado pelo IGESDF, constando o valor total médio do contrato no montante de R\$ 37.925.181,53.

28. Em seguida, apresentou-se uma Tabela constando dados de uma contratação do IGESDF de um Projeto de Sistema de CFTV e Central Remota de



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

### Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Monitoramento (Processo SEI 04016-00039896/2020-51) para os 02 (dois) Hospitais e para as 13 (treze) UPAs administradas pelo Instituto, cujo valor total estimado para sua execução foi de R\$ 10.172.637,99.

29. O IGESDF informou que a fim de subsidiar o estudo e demonstrar os custos envolvidos na agregação de monitoramento eletrônico aos serviços de vigilância solicitou ao mesmo fornecedor que executou o Projeto de CFTV IP um projeto para a contratação de:

[...] serviços de monitoramento eletrônico, de natureza continuada, **com a LOCAÇÃO de equipamentos de CFTV** incluindo: o fornecimento e instalação de software, materiais e equipamentos, suporte técnico; bem como o fornecimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva com a substituição de peças ou equipamentos e treinamento.

30. Para tal estudo, o Instituto informou que foi definida uma quantidade mínima de câmeras essenciais para atender às necessidades das unidades de saúde, tendo sido obtido o valor mensal de R\$ 115.953,44, acrescido de uma taxa de instalação no valor de R\$ 160.848,97.

31. Dessa forma, alegou o IGESDF que a **contratação conjugada de serviços de vigilância e locação de equipamentos de CFTV** (hipótese em que os equipamentos não seriam do IGESDF) resultaria no **valor anual (12 meses) de R\$ 1.552.290,25**, que projetado para o **período de 60 meses resultaria no montante de R\$ 7.118.055,37**.

32. Em seguida foi apresentada uma terceira simulação contemplando a **aquisição dos equipamentos de monitoramento eletrônico**, hipótese em que "OS EQUIPAMENTOS SERÃO DE PROPRIEDADE DO IGESDF", o que **resultaria no dispêndio do montante de R\$ 1.608.489,67**.

33. Após colacionar argumentos já apresentados na primeira manifestação e objeto dos §§ 10 a 25 da presente instrução, o IGESDF consolidou os seguintes "cenários":

Cenários	Serviços de Vigilância Patrimonial Valor ano	Serviço de Monitoramento Eletrônico (Aquisição CFTV IP)	Serviço Monitoramento Eletrônico (Locação CFTV Analógico) Valor	Serviço Monitoramento Eletrônico (Aquisição CFTV)	TOTAL ANO	TOTAL meses 60 *máximo contratação	Observação
----------	---	---	---	---	-----------	---------------------------------------	------------

		Valor Único	Ano	Analogico) Valor Único			
Opção 1	R\$ 37.925.181,53				R\$ 37.925.181,53	R\$ 189.625.907,65	Sem cobertura de seg. eletrônica
Opção 2	R\$ 37.925.181,53	R\$ 10.172.637,99			R\$ 48.097.819,52	R\$ 199.798.545,64	Equipamentos. de CFTV são do IGESDF
Opção 3	R\$ 37.925.181,53		R\$ 1.552.290,25		R\$ 39.447.471,78	R\$ 197.387.358,90	Equipamentos. de CFTV não são do IGESDF
Opção 4	R\$ 37.925.181,53			R\$ 1.608.489,67	R\$ 39.533.671,20	R\$ 191.234.397,32	Equipamentos. CFTV são do IGESDF

34. Oportuno destacar que os documentos/orçamentos das empresas que embasaram os valores apresentados foram encaminhados pelos IGESDF se encontram juntados aos autos às peças 70/75 e 77/93.

35. Em seguida o IGESDF apresentou os seguintes argumentos:

8.1. Considerando toda a exposição de motivos acima chagamos (sic) a seguintes conclusões:

#### **8.1.1. DO ESTUDO PRÉVIO**

Foi considerado como Estudo Prévio a Elaboração do Projeto de Sistema de CFTV IP, onde se apresentou como oneroso o sistema planejado, ainda constantemente vem sendo analisadas outras possibilidades como locação do equipamento, aquisição de equipamentos com menor qualidade, mas que atendem a necessidade, o que resultou na não elaboração de Elemento Técnico



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

### Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

sem a contratação conjunta. Os estudos prévios foram sim realizados e todos os cenários analisados para elaboração do Elemento Técnico de Vigilância sem o sistema de CFTV.

#### **8.1.2. DA ECONOMICIDADE**

***Pode ser verificado, através do quadro do subitem 7.2, que em nenhum dos cenários planejados, a contratação dos Serviços de Vigilância conjuntamente com Sistema de CFTV, traz economicidade ao IGESDF, ao contrário em todos os cenários analisados previamente, os serviços se tornariam onerosos e dispendiosos ao IGESDF e Cofres públicos, o que buscamos evitar. Assim, concluímos que não há economicidade na tramitação conjunta dos serviços, uma vez que não seria possível uma redução de postos humanos de trabalho.***

#### **8.1.3. DA VIABILIDADE**

***Pelo exposto no subitem 7.1, a legislação de Contratação da Administração e a lei que regulamenta as Empresas de Vigilância Patrimonial, reprovam a contratação conjuntas de Serviço de Vigilância Patrimonial e Sistema de Segurança Eletrônica, pelos motivos destas empresas serem proibidas de fornecimento, venda e/ou locação de produtos de monitoramento. Diante deste fato, a opção para o IGESDF e a que buscamos é adotar e implementar o Sistema de Segurança Eletrônica e por meio de um processo de contratação específico para este fim. Destacamos que o Hospital de Base hoje já conta com um grande número de CFTV, contudo os postos de vigilância humana são necessários e não substituíveis. Concluímos que não é viável a tramitação conjunta de possível contratação dos serviços de vigilância e CFTV, seja para não direcionar o certame, seja para não onerar os cofres, seja para não tornar o mesmo moroso.***

#### **8.1.4. DA VANTAJOSIDADE**

***Para o IGESDF adotar um Sistema de Segurança Eletrônica é de suma importância, contudo não pode tal projeto ser imposto e obrigatório sem analisar os riscos e prejuízos que isso pode acarretar. Atualmente, a opção que melhor atende as necessidades deste IGESDF e a Opção 4 do quadro constante do subitem 7.2., acima, onde a aquisição do sistema de CFTV, como existe no hospital de Base é o mais vantajoso seja economicamente, como eficaz para o que se busca.***

***Foi levado em consideração o Custo Total dos Serviços de Vigilância e da Aquisição do CFTV Analógico, ao longo dos 60 (sessenta meses) possíveis de contratação, além da vantagem de sermos os proprietários de todo o sistema.***

***A desvantagem da aquisição do Sistema de Segurança Eletrônica por Locação, Opção 3 do quadro constante do subitem 7.2., acima, é que além de ser mais oneroso, o IGESDF não será proprietário do Sistema de CFTV, com isso há riscos de ficarmos desassistidos quando do possível encerramento da contratação.***

***A decisão de não escolhermos a Opção 2, do quadro constante do subitem 7.2., acima, é pelo fato do Sistema de CFTV IP ser o mais caro de todos, além de consideramos também a complexidade de manutenção, pois a manutenção de um sistema de CFTV IP exige que técnicos qualificados lidem com dispositivos de rede, como câmeras IP, switches, roteadores, servidores, gravadores, etc.; parte da equipe técnica também precisa ter algumas boas habilidades em rede IP, software VMS, padrões internacionais e solução de problemas se você estiver um sistema IP de médio ou grande porte instalado.***

***Assim, este IGESDF optou pela Opção 1, do quadro constante do subitem 7.2., acima, para evitar o desabastecimento dos serviços de vigilância e***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

***posteriormente buscar meios para aquisição do sistema de CFTV que melhor atender as necessidades deste Instituto.***

*Destacamos que um não impede o outro, ou seja, a contratação da vigilância agora pretendida, não impede a contratação do sistema de CFTV posteriormente, contudo parar um por conta do outro causa enormes e irreparáveis prejuízos ao IGESDF. Por este motivo a tramitação da contratação dos serviços de forma separada é mais vantajosa, abre oportunidade para maior competitividade e mais participantes o que por consequência causa maior economia e possibilidade de uma tramitação rápida do certame, respeitando os princípios da administração pública. (grifou-se).*

**36. E ao final o IGESDF concluiu que:**

*Esses elementos trazidos aos autos comprovam que o modelo pretendido de contratação para a prestação de serviços de vigilância é objeto de avaliação e de estudos a fim de comprovar sua economicidade e eficiência, acompanhado de documentos. E, em que pese a Representação ter a pretensão de implantar um sistema de vigilância desumanizado, por câmeras de CFTV, não há respaldo técnico, consoante demonstrativo de cotação, já que poderia onerar muito mais o certame.*

*37. Além disso, requereu a revogação da medida cautelar concedida e mantida pelos Despachos Singulares nº 152/2022 e nº 158/2022 - GCMA, ratificados pela Decisão nº 2040/2022 e pela Decisão nº 2438/2022 a fim de que o IGESDF seja autorizado a prosseguir com a seleção do Elemento Técnico nº 5/2022, Ato Convocatório Nº 003/2022.*

**Análise**

*38. Em linhas gerais o Representante alegou que a forma de contratação prevista no Elemento Técnico nº 5/2022 – IGESDF para a prestação de serviços de segurança armada e desarmada com supervisão fixa e motorizada afrontaria os princípios da economicidade e da eficiência, além de se encontrar em desconformidade com Decisões desta Corte em face de não contemplar a inclusão de serviços de tecnologia de monitoramento eletrônico aos serviços de segurança.*

*39. Em atenção ao determinado na **Decisão nº 2040/2022**, que ratificou os **Despachos Singulares nº 152/2022 e 158/2022 – GCMA**, de 19.05.2022 e 23.05.2022, o IGESDF apresentou esclarecimentos e Estudo Preliminar, Economicidade, Viabilidade e Vantajosidade da contratação pretendida, que tem por finalidade a contratação em separado de serviços de vigilância patrimonial e de monitoramento eletrônico.*

*40. Em linhas gerais o Instituto defendeu:*

- a) a possibilidade de direcionamento da contratação ante a existência de poucas empresas prestadoras dos dois objetos;*
- b) a vedação legal de que empresas de segurança prestem serviços de monitoramento eletrônico (instalação e manutenção de sistema de monitoramento eletrônico);*
- c) a existência de câmeras de monitoramento no Hospital de Base e de projetos de implantação do monitoramento no Hospital de Santa Maria e nas UPAs administradas pelo IGESDF;*
- d) a existência de Contrato de Vigilância vigente para 07 UPAs (UPAs de Brazlândia; Ceilândia; Gama; Paranoá; Planaltina; Riacho Fundo II; e Vicente Pires) – Contrato nº 139/2021-IGESDF;*
- e) o fracionamento do objeto a fim de realizar contratações distintas: serviços de vigilância e serviços de monitoramento eletrônico;*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

f) a vantajosidade econômica da contratação em separado de serviços de vigilância e da aquisição em detrimento da locação de sistema de monitoramento eletrônico de segurança.

41. Ante todo o exposto, opina-se na presente instrução pela improcedência parcial dos argumentos do IGESDF devido à ausência de comprovação das razões alegadas e à inobservância de uma sistemática adequada no supracitado Estudo realizado.

42. Nesse sentido, em relação à tese defendida quanto à limitada existência de possíveis proponentes prestadores dos serviços de vigilância patrimonial e de monitoramento eletrônico, verifica-se que a alegação não se encontra apoiada em quaisquer evidências.

43. Por outro lado, tem-se que no Pregão 6/2022, que deu origem ao contrato 31/2022, **do DETRAN/DF** (citado mais abaixo na instrução), houve a participação de 7 empresas e que outros órgãos contrataram de maneira similar, a exemplo da CAESB - Pregão 242/2022 - **processo 00600-00012805/2022-41-e**.

44. Quanto à suposta vedação legal, tem-se que os normativos colacionados pelo IGESDF se referem à vedação de comercialização “autônoma” de equipamentos de segurança **sem a prestação do correspondente monitoramento**, hipótese distinta da aplicável no caso em comento cuja prestação implicaria a prestação conjunta do próprio serviço de segurança pela mesma empresa, incluindo a instalação e manutenção do sistema.

45. Nesse sentido, convém destacar contratação recente realizada pelo DETRAN/DF por meio do **Contrato de Prestação de Serviços nº 31/2022** tendo por objeto:

Cláusula Terceira – Do Objeto

3.1 Contratação de empresa especializada e credenciada junto aos órgãos competentes para **prestação de serviços de vigilância humana armada e desarmada** e supervisão motorizada de forma integrada com **Central de Operação de Sistema Digital de Monitoramento Eletrônico, incluindo as obras de instalação, configuração, manutenção e operação de sistema digital**, nas dependências das unidades administrativas, operacionais e estratégicas do DETRAN-DF no Distrito Federal, com a disponibilização de equipamentos, mão de obra e materiais, consoante especifica o Edital de Pregão Eletrônico nº 06/2022 (87093998), da Ata (89569592), da Adjudicação (89570712), da Homologação (89587512), da Proposta (89117877), que passam a integrar o presente Termo, conforme tabela abaixo:

[...]

46. Assim como a justificativa apresentada pela Autarquia para a contratação do sistema integrado de segurança, vigilância humana e eletrônica no respectivo Edital do certame, compatível com as questões suscitadas pelo Representante na exordial em comento:

**3. JUSTIFICATIVAS DA SOLUÇÃO ENCONTRADA:**

[...]

3.2. A escolha da solução apresentada, possui como referência o atual contrato, modelo bem sucedido e que apresentou ótimos resultados

**3.3. O sistema integrado (vigilância humana e eletrônica) de segurança vem sendo amplamente utilizado, com redução de custos operacionais e melhores resultados**, sendo que tal modelo incentivado é amplamente ratificado pela Polícia Federal e órgãos de Controle como o TCDF e TCU, bem como em diversos estados.

[...]



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**3.8. Cabe ressaltar que o Departamento de Polícia Federal, órgão fiscalizador e regulador dos serviços de segurança privada no país, por meio do Parecer nº 0033/2001-ASS/GAB/DC SP/DPF, entendeu que à empresa de segurança privada “é permitido prestar serviços de monitoramento eletrônico, aí incluída a instalação dos equipamentos e periféricos necessários à implementação dos serviços”, vedada somente a comercialização autônoma de materiais e equipamentos, o que não é o caso, entendimento esse corroborado pelo Despacho nº. 2902/2004-DELP/CGCSP e pelo recente Parecer nº 534/2012- DELP/CGCSP [...]**

**3.9. Incluso nos fundamentos de legalidade da junção dos serviços de vigilância humana e de monitoramento eletrônico, encontra-se a justificativa para o não parcelamento do objeto.** O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em entendimento exarado pela 6ª. Turma Cível, consubstanciou o Acórdão nº 333184, in verbis:

“ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA - IMPUGNAÇÃO - EXIGÊNCIA DE PRESTAÇÃO CONJUNTA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E MONITORAÇÃO ELETRÔNICAS; DE REGISTRO E QUITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EXPEDIDA PELO CREA - LEGALIDADE E RAZOABILIDADE - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME.

1. – **A previsão num mesmo objeto licitatório de serviços de vigilância armada e desarmada, além de instalação, manutenção e locação de equipamento de monitoramento não se mostra desarrazoada, porquanto em consonância com as disposições da Lei nº 7.102/83.** Ademais, com a evolução tecnológica e o uso crescente de equipamentos eletrônicos no sentido de garantir a segurança das pessoas e de seus patrimônios, configura-se normal que as empresas se especializem no sentido de incorporar recursos de monitoramento eletrônico ao seu pessoal.

2. - Não frustra o caráter competitivo do certame a exigência de registro e quitação de pessoa jurídica expedida pelo CREA, tendo em vista que estar em consonância com as disposições do artigo 30, inciso I, da Lei 8.666/93, que determinam que a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á, entre outras, ao registro ou inscrição na entidade profissional competente.

3. – Não cabe ao Poder Judiciário imiscuir-se no conteúdo das cláusulas Termo de Referência que estabeleçam as exigências necessárias à comprovação da qualificação técnica das licitantes, porquanto tal implicaria em exercer controle sobre atividade discricionária da administração. 4. – Negou-se provimento ao recurso.”

[...]

**3.10. A unificação dos serviços possui viabilidade jurídica, técnica e financeira, haja vista, respectivamente, o fundamento legal contido na Lei nº 7.102/83 e Portaria nº 3.233/2012-MJ/DPF, sobretudo pelo disposto em seu art. 17, § 1º, onde consta que para o desenvolvimento das atividades, “a empresa de vigilância poderá utilizar toda a tecnologia disponível”; a centralização de responsabilidades, agilização de atendimento e garantia de controle das atividades como um todo; e a economia obtida com o ingresso de tecnologia aos serviços e execução baseada numa única estrutura administrativa/ operacional, bem como na redução de custos com vigilância humana.**

[...]

(grifou-se)

**47. Na mesma linha, a outra vedação invocada pelo IGESDF se refere à instalação do correlacionado equipamento por “vigilante”, mas não pela eventual**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

*empresa contratada, a qual incumbe dispor em seus quadros de funcionários e ou contratados de profissionais capacitados para a execução dos serviços a serem prestados, razão pela qual a alegação também não se sustenta.*

*48. Da mesma forma, não se vislumbra qualquer óbice a uma contratação condicionada à utilização de eventual equipamento já existente no Hospital de Base, desde que em condições adequadas de funcionamento, devendo apenas a especificidade ser detalhada no pertinente Termo de Referência e Edital do certame.*

*49. Em relação ao princípio do fracionamento do objeto, conveniente destacar que além das justificativas mencionadas no referido Edital do DETRAN/DF, tem-se que sua aplicação não é absoluta, mas se encontra limitada à viabilidade técnica e econômica, conforme se depreende do § 1º, art. 23, da Lei nº 8.666/1993:*

*Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:*

*[...]*

*§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração **serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade **sem perda da economia de escala**. (grifou-se)*

*50. Ademais, especificamente quanto à insuficiência dos estudos apresentados, cabe destacar que, conforme confirmado pelo IGESDF, os valores estimados para eventual locação não decorreram de uma pesquisa de valores de mercado, mas tão somente de um único orçamento apresentado por fornecedor, **e apenas quanto à locação de equipamentos com tecnologia “CFTV”**, conforme se verifica da Tabela do IGESDF reproduzida após o § 33 dessa Informação.*

*51. De qualquer forma, considerados os mesmos equipamentos com sistema “CFTV”, tem-se que o valor final da aquisição é superior ao da locação, conforme o disposto na aludida Tabela do IGESDF, ademais, os estudos apresentados não incluíram a previsão dos gastos com a manutenção dos equipamentos.*

*52. Não obstante, importante destacar que nos cenários possíveis de contratação apresentados no Estudo do IGESDF **não foi considerada eventual redução do valor dos serviços de vigilância em face da possibilidade de redução da quantidade de postos de serviço de segurança mediante a implantação de serviços de monitoramento eletrônico por fornecedor especializado na prestação integrada dos serviços de vigilância humana e de monitoramento eletrônico**.*

*53. Essa situação, a priori, poderá ser avaliada com propriedade, assim como os valores médios adequadamente dimensionados no caso da realização de efetivas pesquisas de valores de mercado junto a potenciais fornecedores desses serviços de vigilância e de monitoramento eletrônico de forma integrada.*

*54. Relevante destacar ainda que, desconsiderado eventual impacto na quantidade de postos de serviço de vigilância e na redução das despesas, fato é que o IGESDF não afastou a necessidade de futura contratação para a aquisição dos equipamentos de monitoramento eletrônico, tendo indicado a pretensão atual pela contratação apenas de serviços de vigilância patrimonial, e a intenção de contratação futura de serviços de monitoramento de vigilância eletrônico.*

*55. Contudo, apesar das fragilidades indicadas quanto ao Estudo de Viabilidade Técnica apresentado pelo IGESDF, necessário destacar que a contratação defendida pelo instituto segue o modelo em regra adotado por outros órgãos e*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

entidades da Administração do Distrito Federal, consistente na pactuação em separado de serviços de vigilância e de monitoramento eletrônico.

56. Ademais, não foi identificada até o momento qualquer irregularidade no certame conduzido pelo IGESDF além da insuficiência dos citados estudos quanto à vantajosidade da contratação integrada.

57. Considerando ainda o término do ajuste contratual em setembro de 2022, do qual o certame em apreço pretende sub-rogar-se, de modo que apenas as 07 (sete) UPAs relacionadas se encontram acobertadas pelo aludido Contrato nº 139/2021-IGESDF, sugere-se que a Corte torne sem efeito a medida cautelar concedida e autorize a continuidade do certame promovido mediante o Ato Convocatório n 003/2022-IGESDF, condicionando eventual prorrogação do Contrato a ser firmado ou nova contratação à realização de estudos técnicos consistentes, observados os apontamentos da presente instrução.”

Diante disso, sugeriu ao egrégio Plenário:

“I. conhecer do Ofício nº 1944/2022-IEGSDF (e-DOC 2D54727Dc, peça 49) e do Ofício nº 4465/2022 – IGES/DP/CONJUR, datado de 14.11.2002 (e-DOC A8E7E9E4-e, peça 94 e anexos: peças 71-93);

II. considerar:

a) atendidas as determinações do inciso II do Despacho Singular nº 152/2020, reiterado pelo inciso III do Despacho Singular nº 158/2022, e ratificados pela Decisão nº 2040/2022;

b) procedente a Representação (e-DOC 08B2A6DF-e (peça 3) em face da insubsistência dos esclarecimentos apresentados pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF e das falhas metodológicas nos Estudos de viabilidade econômica e vantajosidade da contratação pretendida realizados pelo Instituto;

III. revogar a medida cautelar concedida pelo inciso I do Despacho Singular nº 152/2022 – GCMA;

IV. determinar ao IGESDF que, **previamente a eventual prorrogação do contrato a ser firmado em face do Ato Convocatório n 003/2022- IGESDF, ou realização de nova contratação, sejam providenciados Estudos de Economicidade, Viabilidade e Vantajosidade fundamentados com estimativas de preços de mercado realizadas por fornecedores para a prestação integrada dos serviços de segurança e de monitoramento eletrônico**, considerando-se potencial redução dos números de postos de serviço de vigilante e redução dos valores contratados;

V. deliberar acerca do pedido de sustentação oral de autoria do Representante, consoante exposto no Despacho Singular nº 152/2022

VI. autorizar:

a) a ciência da presente Informação (e-DOC 6451A4CE-e, peça 96), do voto condutor e da Decisão que vier a ser proferida ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF – IGESDF, ao Exmo. Sr. Deputado Distrital Rodrigo Delmasso, na pessoa do advogado constituído nos autos (Dr. Huilder Magno de Souza, OAB/DF nº 18.444), e ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal – SINDESV-DF;

b) o retorno dos autos à SEASP para as providências cabíveis.”

O Ministério Público junto ao TCDF, pelo Parecer n.º 1.162/22-G4P/ML (peça 99), opinou pela procedência da representação, manutenção da suspensão cautelar e determinação ao Iges/DF.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

Nos termos do Despacho Singular n.º 15/23-GCMA (peça 110), deferi para a data de hoje (1º.02.23) a realização de sustentação oral requerida pelo signatário da representação, esclarecendo que na mesma ocasião, após a realização de sustentação oral, será apreciado o mérito das questões debatidas nos autos.

Semelhantemente, na forma do Despacho Singular n.º 18/23-GCMA (peça 123), deferi para a data de hoje (1º.02.23) a realização de sustentação oral requerida pelo Iges/DF, esclarecendo que na mesma ocasião, após a realização de sustentação oral, será apreciado o mérito das questões debatidas nos autos.

No dia 30.01.23, o Iges/DF encaminhou os memoriais de peças 126/127, requerendo a análise do mérito da representação a fim de definir o escopo para elaboração de novo elemento técnico para contratação do serviço objeto dos autos, com autorização para o regular processamento do feito.

É o relatório.

**VOTO**

Trata-se de representação, com pedido cautelar, formulada pelo Deputado Distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins (peça 03), na qual suscita irregularidades no procedimento Elemento Técnico n.º 05/22-Iges/DF/UCAD/SUCAD/GEOPE/NUSUH, promovido pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – Iges/DF, cujo objeto é a prestação de serviços de segurança armada e desarmada com supervisão fixa e motorizada (peça 01).

Por meio do Despacho Singular n.º 152/22-GCMA (peça 09), tomei conhecimento da representação, concedi a medida cautelar pleiteada para suspender o referido certame até ulterior deliberação e expedi determinação ao Iges/DF, conforme reproduzido a seguir:

*“Ante o exposto, em concordância com a Unidade Técnica, **DECIDO**: I – tomar conhecimento da Representação apresentada pelo Deputado Distrital Rodrigo Germano Delmasso Martins, na qual suscita irregularidades no procedimento Elemento Técnico nº 5/2022 – IGESDF, em razão do atendimento do art. 230 do RI/TCDF, com a concessão da medida cautelar pleiteada para suspender o referido certame até ulterior deliberação desta Corte; II – determinar ao IGESDF que apresente esclarecimento no prazo de 15 (quinze) dias em relação às questões suscitadas na exordial, acompanhadas de documentos e estudos de avaliações realizadas e suas conclusões a fim de comprovar a economicidade e a eficiência do modelo de contratação pretendido no certame em comento; III - informar ao Representante que o atual momento processual é de admissibilidade da peça de representação e que o seu pedido de sustentação oral será examinado em momento oportuno, na fase de mérito; IV – autorizar: a) o encaminhamento da Representação, da Informação nº 43/2022 – DIASP1 e deste Despacho Singular ao IGESDF a fim de subsidiar sua manifestação; b) a ciência desta decisão monocrática ao Representante, por meio de seus advogados constituídos, informando-lhes que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push ([www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br) – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); c) o retorno dos autos à SEASP para as providências cabíveis.”*

Devido ao descumprimento da determinação de suspensão do certame pela jurisdicionada, proferi o Despacho Singular n.º 158/22-GCMA (peça 19),



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

reiterando os termos do Despacho Singular n.º 152/22-GCMA, com o chamamento em audiência da Diretora-Presidente Substituta do Iges/DF, para apresentação de suas razões de justificativa, cujo exame se dará em apartado no Processo n.º 00600-00013194/22-59-e.

Tais deliberações foram ratificadas pela Decisão n.º 2.040/22 (peça 26).

Nos termos da Decisão n.º 2.438/22 (peça 40), a Corte admitiu o Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Distrito Federal como terceiro interessado nos autos, tendo ainda, na mesma oportunidade, conhecido do documento apresentado pela referida entidade como se recurso inominado fosse contra a Decisão n.º 2.040/22, desprovido de efeito suspensivo. No mérito, o recurso foi improvido (Decisão n.º 4.464/22, peça 65).

Nesta fase, a unidade técnica, na Informação n.º 107/22-Diasp1 (peça 96), sugeriu ao egrégio Plenário a procedência da representação, a revogação da medida cautelar e determinação ao Iges/DF.

O Ministério Público junto ao TCDF, pelo Parecer n.º 1.162/22-G4P/ML (peça 99), opinou pela procedência da representação, manutenção da suspensão cautelar e determinação ao Iges/DF.

Nos termos do Despacho Singular n.º 15/23-GCMA (peça 110), deferi para a data de hoje (1º.02.23) a realização de sustentação oral requerida pelo signatário da representação, esclarecendo que na mesma ocasião, após a realização de sustentação oral, será apreciado o mérito das questões debatidas nos autos.

Semelhantemente, na forma do Despacho Singular n.º 18/23-GCMA (peça 123), deferi para a data de hoje (1º.02.23) a realização de sustentação oral requerida pelo Iges/DF, esclarecendo que na mesma ocasião, após a realização de sustentação oral, será apreciado o mérito das questões debatidas nos autos.

No dia 30.01.23, o Iges/DF encaminhou os memoriais de peças 126/127, requerendo a análise do mérito da representação a fim de definir o escopo para elaboração de novo elemento técnico para contratação do serviço objeto dos autos, com autorização para o regular processamento do feito.

Contextualizada a matéria, passo a decidir.

Verifico que, fundamentalmente, o nobre representante alegou que a forma de contratação prevista no Elemento Técnico n.º 05/22-Iges/DF para a prestação de serviços de segurança armada e desarmada com supervisão fixa e motorizada afrontaria os princípios da economicidade e da eficiência, além de se encontrar em desconformidade com decisões desta Corte em face de não contemplar a inclusão de serviços de tecnologia de monitoramento eletrônico aos serviços de segurança.

Por seu turno, o Iges/DF apresentou esclarecimentos e estudo preliminar, de economicidade, de viabilidade e de vantajosidade da contratação pretendida, tendo por finalidade a contratação em separado de serviços de vigilância patrimonial e de monitoramento eletrônico.

Em acréscimo, nos memoriais apresentados o jurisdicionado esclareceu que durante a tramitação dos presentes autos foi aprovado novo Regulamento de Compras e Contratações, publicado no DODF de 26.09.22, mediante



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

a Portaria n.º 611, de 23.09.22, promovendo alterações de modalidades de compras e contratações a serem efetuadas pelo Instituto, abolindo a modalidade de Mercado Digital.

Posto isso, *“considerada a decisão de suspensão do certame, o lapso de tempo considerável desde a suspensão e o advento de novo Regulamento”,* entendeu que o ideal seria iniciar novo procedimento de seleção, razão por que, *“seguindo orientações da Consultoria Jurídica, no dia 23/01/2023 a Presidente do IGESDF determinou o cancelamento do processo de contratação”.*

Pediu, contudo, a manifestação desta Corte de Contas sobre o mérito da representação a fim de *“definir os parâmetros a serem utilizados pelo IGESDF em um novo elemento técnico, sendo necessário que a decisão contemple a viabilidade de contratação conjunta do serviço de vigilância e monitoramento”.*

De plano, registro que em situações tais o caminho natural é a deliberação pela perda superveniente do objeto da representação, o qual igualmente deve ser trilhado nesta oportunidade, especialmente porque durante a fase de sustentação oral o douto Consultor Jurídico do Iges/DF ratificou a informação de revogação do procedimento Elemento Técnico n.º 05/22-Iges/DF/UCAD/SUCAD/GEOPE/NUSUH, deflagrado por meio do Ato Convocatório n.º 03/22-Iges/DF.

Nesse cenário, conforme discutido com os nobres pares durante a sessão de julgamento, mostra-se de bom alvitre, a título informativo, encaminhar ao Iges/DF cópia da Informação n.º 107/22-Diasp1 e do Parecer n.º 1.162/22-G4P/ML, juntamente com cópia deste Relatório/Voto e da decisão a ser adotada.

Por fim, esvaziada a matéria em debate, por força da perda superveniente do objeto da exordial, impende revogar a suspensão cautelar determinada pelo inciso I do Despacho Singular n.º 152/22-GCMA e promover o arquivamento dos autos.

Ante o exposto, lamentando dissentir da unidade técnica e do Ministério Público, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento:

- a) conheça do Ofício n.º 1.944/22-Iges/DF (peça 49) e do Ofício n.º 4.465/22-Iges/DF/DP/CONJUR, datado de 14.11.02 (peça 94 e anexos de peças 71-93);
- b) dos documentos de peças 113/118;
- c) dos memoriais de peças 126/127;

II – tenha por atendida a determinação do inciso II do Despacho Singular n.º 152/20, reiterado pelo inciso III do Despacho Singular n.º 158/22, ratificados pela Decisão n.º 2.040/22;

III – declare a perda superveniente do objeto da representação tratada nos autos, em face da revogação do procedimento Elemento Técnico n.º 05/22-Iges/DF/UCAD/SUCAD/GEOPE/NUSUH, deflagrado por meio do Ato Convocatório n.º 03/22-Iges/DF, conforme reportado nos memoriais apresentados pelo Iges/DF e ratificado pelo seu douto Consultor Jurídico na fase de sustentação oral;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

IV – revogue a medida cautelar concedida pelo inciso I do Despacho Singular n.º 152/22-GCMA;

V – autorize:

- a) o envio de cópia da Informação n.º 107/22-Diasp1, do Parecer n.º 1.162/22-G4P/ML, do Relatório/Voto e desta decisão ao Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF – Iges/DF, para conhecimento;
- b) a ciência desta decisão ao Exmo. Sr. Deputado Distrital Rodrigo Delmasso, na pessoa do seu representante legal, e ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal – Sindesv/DF;
- c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp para arquivamento.

Brasília, em 1º de fevereiro de 2023.

**MANOEL DE ANDRADE**  
**Relator**